

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2016, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estreta atuação de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destinando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do semestre, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 92 milhões, correspondendo a R\$ 3.941,00 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.168 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 5,93% sobre o Patrimônio Líquido médio. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em 30 de junho de 2016, o total de Ativos somava R\$ 102.403 milhões, destacando-se R\$ 44.931 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 2.385 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente. O total de captações estava representado

por R\$ 95.967 milhões de Debêntures e R\$ 57 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 2.320 milhões. A Instituição possuía 3.592.755.991 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 10.748 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no semestre, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 27 de julho de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2016	2015
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>96.729.083</b>	<b>77.725.183</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	6.195	8.334
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	44.763.749	48.088.650
Aplicações no Mercado Aberto	23.947.575	26.137.263
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.816.174	21.951.387
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	51.854.960	29.458.075
Carteira Própria	51.802.980	29.396.966
Vinculados à Prestação de Garantias	51.980	61.109
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(13.904)	(69.246)
Operações de Arrendamentos a Receber:		
- Setor Privado	1.166.192	1.600.572
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.076.373)	(1.540.424)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(103.723)	(129.394)
OUTROS CRÉDITOS	78.895	207.439
Diversos (Nota 8)	78.895	207.439
OUTROS VALORES E BENS	39.188	31.931
Outros Valores e Bens	106.326	86.387
Provisões para Desvalorizações	(67.138)	(54.456)
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>999.332</b>	<b>659.779</b>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	167.578	854
Aplicações no Mercado Aberto	166.603	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	975	854
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(59.199)	(82.197)
Operações de Arrendamentos a Receber:		
- Setor Privado	1.119.216	1.812.255
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.119.146)	(1.811.864)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(59.269)	(82.588)
OUTROS CRÉDITOS	890.644	740.588
Diversos (Nota 8)	890.644	740.588
OUTROS VALORES E BENS	309	534
Despesas Antecipadas	309	534
<b>PERMANENTE</b>	<b>4.674.391</b>	<b>6.292.240</b>
INVESTIMENTOS (Nota 9)	56.485	52.274
Participações em Coligadas:		
- No País	49.670	45.459
Outros Investimentos	26.394	26.394
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	2.746	3.375
Imóveis de Uso	25.056	25.056
Outras Imobilizações de Uso	155	155
Depreciações Acumuladas	(22.465)	(21.836)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7j)	4.615.160	6.236.591
Bens Arrendados	7.251.321	9.525.982
Depreciações Acumuladas	(2.636.161)	(3.289.391)
<b>TOTAL</b>	<b>102.402.806</b>	<b>84.677.202</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO		
	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>	<b>755.365</b>	<b>6.862.050</b>
RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	-	5.862.322
Recursos de Debêntures	-	5.862.322
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a)	27.954	51.328
FINAME	27.954	51.328
OUTRAS OBRIGAÇÕES	727.411	948.400
Sociais e Estatutárias	21.923	25.500
Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	49.320	132.018
Diversas (Nota 14b)	656.168	790.882
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>98.479.226</b>	<b>74.773.714</b>
RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	95.967.249	71.889.238
Recursos de Debêntures	95.967.249	71.889.238
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12a)	28.712	56.587
FINAME	28.712	56.587
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.483.265	2.827.889
Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	691.928	763.751
Diversas (Nota 14b)	1.791.337	2.064.138
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)</b>	<b>3.168.215</b>	<b>3.041.438</b>
Capital:		
- De Domiciliados no País	2.290.000	2.290.000
Reservas de Lucros	878.215	751.438

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Lucros Acumulados	Totais
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>2.290.000</b>	<b>229.514</b>	<b>463.711</b>	<b>-</b>
Lucro Líquido	-	-	-	84.913
Destinações - Reservas	-	4.246	53.967	(58.213)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(26.700)
<b>Saldos em 30.6.2015</b>	<b>2.290.000</b>	<b>233.760</b>	<b>517.678</b>	<b>-</b>
<b>Saldos em 31.12.2015</b>	<b>2.290.000</b>	<b>244.080</b>	<b>563.752</b>	<b>-</b>
Lucro Líquido	-	-	-	92.306
Destinações - Reservas	-	4.615	65.768	(70.383)
- Dividendos Propostos	-	-	-	(21.923)
<b>Saldos em 30.6.2016</b>	<b>2.290.000</b>	<b>248.695</b>	<b>629.520</b>	<b>-</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2016	2015
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>7.124.042</b>	<b>5.636.826</b>
Operações de Crédito (Nota 7h)	43.761	33.705
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7i)	941.602	1.206.257
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	6.138.679	4.396.864
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(6.924.443)</b>	<b>(5.409.801)</b>
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c)	(6.132.369)	(4.440.787)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	(890)	(1.884)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7j)	(798.948)	(980.050)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	7.764	12.920
<b>RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>199.599</b>	<b>227.025</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(8.857)</b>	<b>(67.324)</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(20.282)	(25.593)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(11.051)	(23.357)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	2.120	1.822
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	45.491	40.563
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(25.135)	(60.759)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>190.742</b>	<b>159.701</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)</b>	<b>(24.063)</b>	<b>(18.972)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>166.679</b>	<b>140.729</b>
<b>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)</b>	<b>(74.373)</b>	<b>(55.816)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(39.288)	(40.971)
Provisão para Contribuição Social	(30.776)	(16.573)
Ativo Fiscal Diferido	(4.309)	1.728
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>92.306</b>	<b>84.913</b>
Número de ações (Nota 15a)	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$	3.941,00	3.625,35

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2016	2015
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>166.679</b>	<b>140.729</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b>	<b>766.170</b>	<b>946.120</b>
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.764)	(12.920)
Depreciações e Amortizações	560.924	785.021
Provisões Cíveis e Fiscais	15.094	12.513
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(2.120)	(1.822)
Insuficiência de Depreciação	180.657	149.296
Provisão/(Reversão) para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	19.379	14.032
<b>Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>932.849</b>	<b>1.086.849</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.232.744	12.233.323
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(16.880.853)	(2.640.241)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(305)	2.510
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(24.537)	(61)
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	97.670	(184.452)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(22.453)	(36.330)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(298.836)	(153.682)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(66.269)	(93.725)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>(6.029.990)</b>	<b>10.214.191</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Dividendos Recebidos	38	30
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos</b>	<b>38</b>	<b>30</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	4.924.815	(5.088.847)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(22.695)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos</b>	<b>4.924.815</b>	<b>(5.111.542)</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(1.105.137)</b>	<b>5.102.679</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	15.804.635	8.727.049
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	14.699.498	13.829.728
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(1.105.137)</b>	<b>5.102.679</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de julho de 2016.

### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Bradesco Leasing.

#### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilizações em moeda, aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### e) Títulos e valores mobiliários

• Títulos para negociação - são aqueles com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e

• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais há capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

#### f) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

##### I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

##### II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

##### III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

##### IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7j).

### V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7j), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

### VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâ

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisões para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

### m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

### n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

### 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	6.195	8.334
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>6.195</b>	<b>8.334</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	14.693.303	13.821.394
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>14.699.498</b>	<b>13.829.728</b>

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

### b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	2016			2015		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado
<b>Títulos para negociação (3)</b>	<b>45.651.403</b>	<b>32.183</b>	<b>191.542</b>	<b>5.979.832</b>	<b>51.854.960</b>	<b>51.854.985</b>
Letras financeiras do tesouro	1.729.641	32.183	191.542	5.846.408	7.799.774	7.799.799
Debêntures	-	-	-	133.424	133.424	133.424
Letras do tesouro nacional	9.666.392	-	-	-	9.666.392	9.666.392
Notas do tesouro nacional	34.255.370	-	-	-	34.255.370	34.255.370
<b>Total em 2016</b>	<b>45.651.403</b>	<b>32.183</b>	<b>191.542</b>	<b>5.979.832</b>	<b>51.854.960</b>	<b>51.854.985</b>
<b>Total em 2015</b>	<b>26.267.087</b>	<b>601.041</b>	<b>316.711</b>	<b>2.273.236</b>	<b>51.854.960</b>	<b>51.854.985</b>

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

### c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	3.685.167	2.907.244
Títulos de renda fixa	2.453.512	1.489.620
<b>Total</b>	<b>6.138.679</b>	<b>4.396.864</b>

### d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

### Análise de Sensibilidade - Instrução CVM Nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciação de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de risco e alavancagem regulamentados pelo Bacen. As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras: Carteira *Trading*, composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*, composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

	Carteira <i>Banking</i> (1)					
	30 de junho de 2016			30 de junho de 2015		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de Juros em Reais	(77)	(24.488)	(47.004)	(154)	(50.508)	(96.220)
Índices de Preços	(2)	(224)	(425)	(2)	(202)	(351)
Cupom Cambial	(1)	(86)	(171)	(1)	(25)	(50)
Moeda Estrangeira	(194)	(4.833)	(9.666)	(94)	(2.350)	(4.700)
Renda Variável	(302)	(7.540)	(15.081)	(238)	(5.962)	(11.924)
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	-	(6)	(12)	-	-	-
<b>Total sem correlação</b>	<b>(576)</b>	<b>(37.177)</b>	<b>(72.359)</b>	<b>(489)</b>	<b>(59.047)</b>	<b>(113.245)</b>
<b>Total com correlação</b>	<b>(267)</b>	<b>(25.208)</b>	<b>(48.503)</b>	<b>(324)</b>	<b>(52.054)</b>	<b>(99.301)</b>

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

	Curso anormal					
	Parcelas vencidas					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Operações de arrendamento mercantil	10.055	9.543	8.938	24.822	37.947	70.108
<b>Total em 2016</b>	<b>10.055</b>	<b>9.543</b>	<b>8.938</b>	<b>24.822</b>	<b>37.947</b>	<b>70.108</b>
<b>Total em 2015</b>	<b>12.299</b>	<b>11.526</b>	<b>10.915</b>	<b>30.213</b>	<b>47.118</b>	<b>90.262</b>

### d) Concentração de operações de arrendamento mercantil

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2016	%	2015	%
	Maior devedor	57.577	2,4	70.278
Dez maiores devedores	302.459	12,7	386.777	11,0
Vinte maiores devedores	454.616	19,1	560.969	15,9
Cinquenta maiores devedores	755.775	31,7	915.691	25,9
Cem maiores devedores	1.020.825	42,8	1.246.985	35,3

### e) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2016	%	2015	%
	<b>Sector privado</b>	<b>2.384.870</b>	<b>100,0</b>	<b>3.529.798</b>
<b>Indústria</b>	<b>478.826</b>	<b>20,0</b>	<b>658.855</b>	<b>18,7</b>
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	85.840	3,6	126.007	3,7
Alimentícia e bebidas	87.574	3,6	102.148	2,9
Artigos de borracha e plásticos	41.388	1,7	60.489	1,7
Extração de minerais metálicos e não metálicos	29.324	1,2	42.096	1,2
Química	46.658	2,0	54.542	1,5
Materiais não metálicos	28.289	1,2	42.078	1,2
Edição, impressão e reprodução	32.154	1,3	41.970	1,2
Móveis e produtos de madeira	31.159	1,3	50.162	1,4
Autopartes e acessórios	15.019	0,6	29.665	0,8
Têxtil e confecções	15.883	0,7	24.781	0,7
Eletroeletrônica	14.972	0,6	21.130	0,6
Refino de petróleo e produção de álcool	8.398	0,4	14.375	0,4
Papel e celulose	20.507	0,9	14.790	0,4
Veículos leves e pesados	6.028	0,3	11.655	0,3
Artefatos de couro	10.550	0,4	13.132	0,4
Demais indústrias	5.083	0,2	9.835	0,3

### f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão mínima requerida			
		Curso normal	Curso anormal	Total (1)	%	Específica		Total	
						Vencidas	Vincendas	2016	2015
AA	0,0	358.153	-	358.153	15,0	-	-	-	-
A	0,5	380.562	-	380.562	16,0	-	-	-	-
B	1,0	1.361.129	6.815	1.367.944	57,4	4	64	13.611	90
C	3,0	19.136	22.974	42.110	1,8	73	616	574	16
<b>Subtotal</b>	<b>2.118.980</b>	<b>29.789</b>	<b>214.879</b>	<b>90,2</b>	<b>77</b>	<b>680</b>	<b>16.088</b>	<b>335</b>	<b>17.180</b>
D	10,0	20.339	37.676	58.015	2,3	516	3.252	2.034	66
E	30,0	5.194	17.580	22.774	1,0	904	4.369	1.558	2
F	50,0	6.540	16.302	22.842	1,0	1.893	6.258	3.270	5
G	70,0	959	34.998	35.957	1,5	3.791	20.708	673	5
H	100,0	28.169	68.344	96.513	4,0	23.087	45.257	28.169	73
<b>Subtotal</b>	<b>61.201</b>	<b>174.900</b>	<b>236.101</b>	<b>9,8</b>	<b>30.191</b>	<b>79.844</b>	<b>35.704</b>	<b>73</b>	<b>145.812</b>
<b>Total em 2016</b>	<b>2.180.181</b>	<b>204.689</b>	<b>2.384.870</b>	<b>100,0</b>	<b>30.268</b>	<b>80.524</b>	<b>51.792</b>	<b>408</b>	<b>162.992</b>
%		91,4	8,6	100,0		18,6	49,4	31,8	0,2
<b>Total em 2015</b>	<b>3.268.712</b>	<b>261.086</b>	<b>3.529.798</b>	<b>100,0</b>	<b>44.024</b>	<b>107.838</b>	<b>60.120</b>	<b>28,3</b>	<b>211.982</b>
%		92,6	7,4	100,0		20,8	50,9	28,3	100,0

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

### g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>179.533</b>	<b>233.832</b>
Reversão líquida de constituição de provisão	(7.764)	(12.920)
Baixas para prejuízo	(8.777)	(8.930)
<b>Saldo final (Nota 7f)</b>	<b>162.992</b>	<b>211.982</b>
- Provisão específica (1)	110.792	151.862
- Provisão genérica (2)	51.792	60.120
- Provisão excedente (3)	408	-

- Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
- A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7e).

### h) Recuperação/Renegociação

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	43.761	33.705
Renegociação de créditos no período	36.444	49.446

(1) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

### i) Resultado das operações de arrendamento mercantil

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
<b>Receitas de arrendamento mercantil</b>	<b>941.802</b>	<b>1.206.257</b>
<b>Despesas de arrendamento mercantil</b>	<b>(798.948)</b>	<b>(980.050)</b>
Depreciação	(528.429)	(745.929)
Insuficiência de depreciação	(180.857)	(149.296)
Valor residual garantido	(66.282)	(44.853)
Outras	(33.580)	(39.972)
<b>Total</b>	<b>142.854</b>	<b>226.207</b>

### 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

#### a) Vencimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
	2016		2015		Total	Total
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>						
<b>Posição bancada</b>	<b>5.547.819</b>	<b>4.255.278</b>	<b>1.668.476</b>	<b>10.907.258</b>	<b>1.568.744</b>	<b>166.603</b>
Debêntures	5.547.819	4.255.278	1.668.476	10.907.258	1.568.744	166.603
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>4.223.000</b>	<b>5.892.816</b>	<b>-</b>	<b>10.700.358</b>	<b>-</b>	<b>975</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.223.000	5.892.816	-	10.700.358	-	975
<b>Total em 2016</b>	<b>9.770.819</b>	<b>10.148.094</b>	<b>1.668.476</b>	<b>21.607.616</b>	<b>1.568.744</b>	<b>167.578</b>
<b>Total em 2015</b>	<b>13.959.925</b>	<b>5.925.990</b>	<b>2.067.788</b>	<b>22.390.980</b>	<b>3.743.967</b>	<b>854</b>

#### b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
<b>Rendas de aplicações em operações compromissadas:</b>		
Posição bancada	1.979.704	1.687.692
<b>Subtotal</b>	<b>1.979.704</b>	<b>1.687.692</b>
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.705.463	1.219.552
<b>Total (Nota 6c)</b>	<b>3.685.167</b>	<b>2.907.244</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**9) INVESTIMENTOS**

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2016	2015	2016	2015
Aquarius Holdings Ltda. (1)	43.000	81.497	-	7.799	19.5000	3.412	15.892	14.586	665	577
Serrel Participações em Imóveis S.A. (1) (2)	390.000	1.926.565	257	-	1.7807	81.690	33.778	30.873	1.455	1.245
<b>Total</b>							<b>49.670</b>	<b>45.459</b>	<b>2.120</b>	<b>1.822</b>

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e  
(2) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil (2015 - R\$ 528 mil).

**b) Outros investimentos**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Aplicações por incentivos fiscais	25.988	25.988
Títulos patrimoniais	3	3
Outros	403	403
<b>Subtotal</b>	<b>26.394</b>	<b>26.394</b>
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)
<b>Total</b>	<b>6.815</b>	<b>6.815</b>

**10) IMOBILIZADO DE USO**

	Taxa	Custo	Depreciação	Em 30 de junho - R\$ mil	
				2016	2015
				Custo líquido de depreciação	
Imóveis de uso:					
- Terrenos		2.714	-	2.714	2.714
- Edificações	4%	22.342	(22.310)	32	661
Outras imobilizações de uso	20%	155	(155)	-	-
<b>Total em 30 de junho de 2016</b>		<b>25.211</b>	<b>(22.466)</b>	<b>2.746</b>	
<b>Total em 30 de junho de 2015</b>		<b>25.211</b>	<b>(21.836)</b>		<b>3.375</b>

**11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES**

a) A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Em 30 de junho - R\$ mil	
				2016	2015
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	14.066.380	11.179.520
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	14.034.619	12.225.346
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025	100% CDI	28.631.638	21.066.973
Janeiro/2008 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	15.823.748	13.869.590
Junho/2011 (5)	4.750.000	2026	100% CDI	2.016.642	5.862.322
Junho/2011 (5)	4.750.000	2021	100% CDI	7.252.995	6.186.614
Outubro/2012 (6)	10.000.000	2032	100% CDI	14.141.227	7.361.195
<b>Total</b>	<b>43.075.000</b>			<b>95.967.249</b>	<b>77.751.560</b>

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

(1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.000.000 mil com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2016 contempla 705.055 (2015 - 4.369.392) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 252.388 mil (2015 - R\$ 1.370.948 mil).

(2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.050.000 mil, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2016 contempla 1.293.781 (2015 - 1.536.205) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 463.134 mil (2015 - R\$ 482.002 mil).

Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:

(3) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8.775.000 mil, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2016 contempla 7.766.474 (2015 - 20.606.773) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 2.780.158 mil (2015 - R\$ 6.465.616 mil).

Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:

(4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6.750.000 mil, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2016 contempla 765.819 (2015 - 765.819) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 181.588 mil (2015 - R\$ 159.163 mil).

(5) Simples, 6ª emissão, duas séries, com data de emissão em 20 de junho de 2011, sendo a 1ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão até a data da repactuação (20.6.2016), a partir desta data passou para 4.750.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 1,00, com prazo de 15 anos contados da data de emissão. E a 2ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão, com prazo de 10 anos contados da data de emissão. Perfazendo, o valor total da emissão de R\$ 9.500.000 mil, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2016 contempla 3.538.193.577 (2015 - 14.619.715) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 5.888.127 mil (2015 - R\$ 1.066.250 mil) da 1ª série e 7.833.115 (2015 - 10.173.235) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 651.779 mil (2015 - R\$ 741.957 mil) da 2ª série.

(6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10.000.000 mil, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10.000.000 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2016 contempla 36.198.170 (2015 - 427.606.487) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 531.112 mil (2015 - R\$ 5.499.180 mil).

**b) Repactuação de debêntures**

No período, houve repactuação da 1ª série da 6ª emissão de debêntures com vencimento em 20.6.2016, sendo repactuada com vencimento para 20.6.2026, a quantidade de 95.000.000 a valor unitário de R\$ 50,00 passaram para a quantidade de 4.750.000 a valor unitário de R\$ 1,00.

**c) Despesas de debêntures**

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures nos semestres findos somou R\$ 6.132.369 mil (2015 - R\$ 4.440.787 mil).

**12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS**
**a) Obrigações por repasses**

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias		31 a 60 dias		61 a 90 dias	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>FINAME</b>	<b>3.287</b>	<b>2.967</b>	<b>2.729</b>	<b>7.325</b>	<b>11.646</b>	<b>28.712</b>
<b>Total em 2016</b>	<b>3.287</b>	<b>2.967</b>	<b>2.729</b>	<b>7.325</b>	<b>11.646</b>	<b>28.712</b>
%	5,8	5,2	4,8	12,9	20,6	100,0
<b>Total em 2015</b>	<b>5.499</b>	<b>4.969</b>	<b>4.838</b>	<b>13.969</b>	<b>22.326</b>	<b>56.587</b>
%	5,1	4,6	4,5	12,7	20,7	100,0

**b) Despesas de operações de empréstimos e repasses**

O montante das despesas de operações FINAME nos semestres findos somou R\$ 890 mil (2015 - R\$ 1.884 mil).

**13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**
**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 077/0 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

**b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

**I - Processos cíveis**

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

**II - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais**

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

CPMF - R\$ 21.977 mil (2015 - R\$ 117.099 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.  
IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 112.851 mil (2015 - R\$ 138.564 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativa aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

**III - Movimentação das provisões**

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais (1)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>75.261</b>	<b>174.190</b>
Atualização monetária	4.505	7.559
Constituições líquidas de reversões	3.030	-
Pagamentos	(6.952)	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2016 (Nota 14)</b>	<b>76.744</b>	<b>181.749</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2015 (Nota 14)</b>	<b>71.892</b>	<b>280.917</b>

(1) Compreendem, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Leasing são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

**c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivas, se necessária, a reclassificação dos riscos dessas processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.237.213 mil (2015 - R\$ 1.150.716 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

**14) OUTRAS OBRIGAÇÕES**
**a) Fiscais e previdenciárias**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Provisões fiscais (Nota 13b)	181.749	280.917
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	532.157	599.934
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	24.758	12.961
Impostos e contribuições a recolher	2.584	1.957
<b>Total</b>	<b>741.248</b>	<b>895.769</b>

**b) Diversas**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b)	2.320.179	2.767.332
Provisões cíveis (Nota 13b)	76.744	71.892
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.908	677
Outras (1)	48.674	15.119
<b>Total</b>	<b>2.447.505</b>	<b>2.855.020</b>

(1) Em 2016, inclui provisão para pagamento de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA no valor de R\$ 42.184, referente a débitos não honrados pelos arrendatários.

**15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**a) Capital social**

O capital social, no montante de R\$ 2.290.000 mil (2015 - R\$ 2.290.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

**b) Reservas de lucros**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
<b>Reservas de lucros</b>	<b>878.215</b>	<b>751.438</b>
- Reserva legal (1)	248.695	233.760
- Reservas estatutárias (2)	629.520	517.678

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

**c) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Os acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos semestres findos em 30 de junho:

	R\$ mil	
	2016	2015
<b>Lucro líquido</b>	<b>92.306</b>	<b>84.913</b>
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(4.615)	(4.246)
<b>Base de cálculo</b>	<b>87.691</b>	<b>80.667</b>
Dividendos propostos	21.923	-
Juros sobre o capital próprio (1)	-	26.700
Imposto de renda retido na fonte	-	(4.005)
<b>Valor líquido a pagar</b>	<b>-</b>	<b>22.695</b>
<b>Percentual em relação à base de cálculo</b>	<b>25,0%</b>	<b>28,1%</b>
<b>Valor em Reais por ação</b>	<b>936,00</b>	<b>968,96</b>

(1) A Reunião da Diretoria de 27 de fevereiro de 2015 aprovou juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 26.700 mil pagos em 4 de março de 2015.

**16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Jurídicas processuais	10.062	7.971
Serviços técnicos especializados	4.674	11.498
Serviços do sistema financeiro	2.519	2.676
Processamento de dados	1.568	1.171
Propaganda, promoções e publicidade	453	577
Apreensão de bens	218	997
Depreciações e amortizações	415	447
Outras	373	256
<b>Total</b>	<b>20.282</b>	<b>25.593</b>

**17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à Cofins	6.800	7.927
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	3.027	2.469
Contribuição ao PIS	1.105	1.288
Outras (1)	119	11.673
<b>Total</b>	<b>11.051</b>	<b>23.357</b>

(1) Em 2015, refere-se basicamente a despesas com IPVA de veículos arrendados.

**18)**

**DIRETORIA**
**Conselho de Administração**
**Presidente**

Lázaro de Mello Brandão

**Vice-Presidente**

Luiz Carlos Trabuco Cappi

**Membros**

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Milton Matsumoto

José Alcides Munhoz

Aurélio Conrado Boni

**Diretor-Presidente**

Luiz Carlos Trabuco Cappi

**Diretoria**
**Diretores Vice-Presidentes**

Domingos Figueiredo de Abreu

Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente

Alexandre da Silva Glüher

Josué Augusto Pancini

Maurício Machado de Minas

Marcelo de Araújo Noronha

**Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores**

Luiz Carlos Angelotti

 Marcelo da Silva Rego  
Contador – CRC 1SP301478/O-1

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores da

**Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Base para opinião com ressalva**

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 7j. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos**
**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, para o semestre findo em 30 de junho de 2016, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.


 KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 11 de agosto de 2016

 Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP252418/O-3